

Pacto Federativo segue para o Senado



Deputado Joaquim Passarinho (PA)

O Plenário concluiu, ontem (23), a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 172/12, que proíbe a transferência de encargos ou prestação de serviços para estados, municípios e Distrito Federal sem a previsão, por parte da União, de re-


passo financeiro para o custeio das ações. A medida segue para análise do Senado.

Para o vice-líder do PSD, deputado **Joaquim Passarinho (PA)**, a PEC do Pacto Federativo, como é conhecida, vai trazer para a realidade a insuficiência de recursos destinados para os mais diversos programas governamentais. De acordo com ele, os repasses devem ser suficientes para prover tanto a estrutura quanto o profissional.

“No programa Mais Médicos, por exemplo, o governo repassa um percentual para a saúde, mas é o município quem arca com as despesas do médico como alimentação e transporte, que por sua vez, vai solicitar ao paciente, exames e medicamentos. Isso gera novas despesas e os municípios, muitas vezes, não

estão preparados. Então, qualquer ação a ser desempenhada pelas cidades deve ter recursos previstos para sua execução.”

Segundo o deputado **Fábio Faria (RN)**, a medida vai aliviar os municípios e estados diante do atual cenário econômico. “Essa proposta vem garantir que os entes federados não tenham novas despesas geradas por projetos aprovados aqui no Congresso. Quando entrar em vigor, novos encargos só poderão ser atribuídos aos governos e prefeituras com o devido repasse dos recursos.”

O dispositivo que permitia a compensação anual dos repasses de custeio com os pagamentos devidos por estados, municípios e o Distrito Federal à União foi retirado do texto, ressalvada a previsão com débitos previdenciários. 

Lotéricos permissionários terão seus contratos mantidos

Substitutivo ao Projeto de Lei 2.826/15, do deputado **Goulart (SP)**, que estende por vinte anos todos os contratos (permissão e licitação) celebrados até 2013 entre agências lotéricas e a Caixa Econômica Federal (CEF) foi aprovado pelo Plenário, nessa quarta-feira (23). Em março deste ano, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou documento (Acórdão 925/13), determinando que as 6.310 agências lotéricas permissionárias do país deveriam participar de processos de licitação. A proposta segue para análise do Senado.

“Estou muito feliz, pois essa era uma preocupação muito grande para a categoria. Chegamos (parlamentares) a pensar em um decreto legislativo para sustar a ação do TCU, o que seria inconstitucional devido à independência do órgão.



Deputado Goulart (SP)

Foram muitos impasses até conquistarmos a manutenção desses contratos. Hoje eles vão dormir tranquilos.”

A exigência de licitação está prevista pela Constituição de 1988 e é regulamentada pela Lei 8.987/95, mas uma lacuna na legislação res-

guardou esses lotéricos mais antigos no regime de permissão. Goulart ressaltou a importância desses trabalhadores para o país. “Eles prestam serviços fundamentais. Muitas cidades pequenas e periferias das grandes cidades não possuem agências bancárias e eles estão lá para receber a conta de luz, água, telefone e também assistência social, como o Bolsa Família, por exemplo.”

Ainda segundo o parlamentar, o trabalho da bancada para aprovação da matéria se estenderá junto ao Senado e o Planalto. “Lotéricos são como banca de jornal, toda esquina tem um. Por isso, certamente, os senadores serão sensíveis ao tema. Já há, inclusive, uma articulação com o líder do governo na Câmara, que se comprometeu a trabalhar para que a sanção ocorra.”

Cindra acata projeto de Rômulo Gouveia que incentiva geração de energia solar



Deputado Rômulo Gouveia (PB)

Proposta do deputado **Rômulo Gouveia (PB)**, vice-líder do PSD, que dispõe sobre a contratação de energia solar proveniente de instalações geradoras situadas na região Nordeste (PL 612/15), foi aprovada por unanimidade, nessa quarta-feira (23), pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra).

“O Brasil precisa urgentemente incentivar a geração de energia solar. Com a aprovação desse projeto, daremos o passo inicial para transformar as dificuldades do clima semiárido em vantagem competitiva,

com grandes benefícios econômicos e sociais para a população da região e importantes ganhos para o país”, afirmou Gouveia.

A proposta determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica deverão contratar, anualmente, por um período de cinco anos, no mínimo, 200 megawatts (MW) médios de capacidade adicional produzidos pelas centrais que utilizem a fonte solar e estejam instaladas na região Nordeste. As contratações serão realizadas por meio de licitação, na modalidade de leilão e terão prazo de vigência de 20 anos.

Gouveia destacou ainda que o Nordeste é a região onde ocorre a maior incidência de irradiação solar no Brasil sendo, portanto, o local mais adequado para desenvolver o seu aproveitamento. “Na Paraíba já temos registrado o crescimento da geração de energia limpa, por meio de parques eólicos. Com a energia solar, vamos contribuir ainda mais para a preservação do meio ambiente.”

O projeto segue para análise da Comissão de Minas e Energia (CME).

Mudança no regime de exploração dos serviços de balsas avança

O Projeto de Lei 8.312/14, do deputado **Diego Andrade (MG)**, que altera o regime para exploração dos serviços de balsas, foi aprovado, com substitutivo, ontem (23), pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra). O texto altera a Lei 10.233/01, que regulamenta a operação dos transportes aquaviários e estabelece que os serviços de travessia por balsa devam ser explorados mediante permissão e não autorização, como ocorre atualmente.

Para Diego Andrade, a medida estabelece normas claras de segurança, tarifas e cláusulas contratuais, além de assegurar a livre concorrência igualitária. “A atual outorga de autorização e a falta de regras claras de funcionamento das empresas prestadoras de serviços de balsas vem promovendo um verdadeiro abuso de preços, ao lado de uma perigosa precariedade na prestação, inclusive no que diz respeito à segurança dos usuários”, justificou o parlamentar.

O projeto tramita em caráter conclusivo e segue para análise da Comissão de Viação e Transportes (CVT).

José Carlos Araújo defende uso opcional do QR Code

Ferramenta tecnológica que ganha cada vez mais espaço entre os consumidores, o uso do **QR Code** (*Quick Response Code*, em inglês) foi tema de debate, nessa quarta-feira (23), na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

O colegiado aprovou o parecer favorável do deputado **José Carlos Araújo (BA)** ao Projeto de Lei 6.355/13, que prevê que embalagens e publicidades de produtos e serviços venham acompanhadas de informações por meio do código rápido, mas apresentou substitutivo para que a prestação de informações pelo **QR Code** seja opcional.

“Não podemos engessar a lei, muito menos tornar obrigatório, neste momento, o uso da tecnologia. Se surgir uma inovação, uma

adaptação que seja, é possível aplicá-la”, disse o deputado. Uma das principais preocupações do parlamentar é com relação à inclusão social. “Sabemos que esta tecnologia atende muito bem pessoas com deficiência auditiva”, ressaltou.

Produtos com o **QR Code** trazem informações importantes em diversos formatos como vídeos, fotos e textos, além de direcionar o consumidor para páginas na internet. Basta fazer o uso de um *smartphone* ou celular com câmera e baixar um aplicativo capaz de ler o código para ter acesso a uma série de dados.

O projeto relatado pelo deputado também prevê que produtos, embalagens e publicidades disponibilizem informações do **QR Code** em libras. “É possível, já que estes



Deputado José Carlos Araújo (BA)

códigos podem direcionar o usuário para um vídeo explicativo.”

A proposta tramita em caráter conclusivo e segue para análise na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI).

Herculano Passos destaca turismo como alternativa à crise econômica

O deputado **Herculano Passos (SP)**, vice-líder do PSD e presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo (FrenTur), destacou a importância do setor para a economia do país. “O turismo está na contramão da crise. Estamos mostrando o potencial do país para todo o mundo e fomentando o mercado hoteleiro, os restaurantes, o comércio e toda uma cadeia de serviços. Também temos as Olimpíadas no próximo ano que deverá atrair um grande número de turistas estrangeiros”, afirmou.

O parlamentar participou do seminário *Fomento do Turismo: Oportunidade de Desenvolvimento para o País*, realizado ontem (23), na Câmara dos Deputados. Ele defendeu o fim da exigência do visto de turista para estrangeiros. “Quando os Estados Unidos entraram em crise, em 2008, muitos brasileiros foram para lá, ajudando o país a se recuperar. Agora somos nós que precisamos dos americanos nos visitando e gastando dólares aqui.”



Deputado Herculano Passos (SP)

O ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, defendeu que a atividade se imponha na agenda política do país. “O turismo tem essa característica única de estar presente em todos os cantos, em todas as camadas sociais. É preciso reforçar as atividades para que o setor venha a fazer parte de uma agenda forte, econômica, política e social.”

Em 2014, segundo o ministro, o turismo movimentou cerca de US\$ 1 trilhão no mundo, representando 10% do PIB global. No Brasil, a ativi-

dade gerou cerca de quatro milhões de empregos e contribuiu com 3,5% do PIB. Ainda de acordo com ele, de cada onze empregados no mundo, um é do setor do turismo.

Já o presidente da Embratur, Vinícius Lummertz, abordou as estratégias de promoção internacional do país. “Estamos em processo de consolidação de uma nova imagem e posicionamento turístico nos mercados exteriores. Somos reconhecidos como um dos principais destinos mundiais para realização de grandes eventos. Com o trabalho de promoção internacional tivemos um crescimento de 20% na entrada de turistas estrangeiros de 2005 para 2014. Passamos de 5,3 milhões para 6,4 milhões”.

O seminário fez parte das comemorações do Dia Mundial do Turismo, celebrado no próximo dia 27. O deputado **Goulart (SP)** também participou do evento e destacou acordo feito com a presidência da Câmara para votação de uma agenda positiva para o setor na próxima semana.*



Parecer garante às agroindústrias direito de optar sobre contribuição previdenciária



Deputado Fábio Mitidieri (SE)

Substituto do deputado **Fábio Mitidieri (SE)** ao Projeto de Lei 1.084/11 foi aprovado, nessa quarta-feira (23), pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). O texto altera a Lei 8.212/91 para assegurar às agroindústrias o direito de optar entre a contribuição

previdenciária sobre a receita bruta (comercialização da produção) ou sobre a folha de pagamentos. “O objetivo é permitir que as indústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura escolham, individualmente, qual alternativa é mais vantajosa para o seu negócio”, justificou o parlamentar.

A proposta original pretendia estender a regra de recolhimento das contribuições previdenciárias da agroindústria para as empresas de captura e indústria de pesca, por considerar que o setor enfrenta problemas que evidenciam a queda da atividade, do emprego e da produção. Para tanto, considerava necessário reduzir a atual contribuição de 20% sobre a folha de pagamento para 2,85% sobre a receita bruta da comercialização da produção.

Em seu parecer, Mitidieri argumentou que, para a agroindústria da piscicultura, relacionada ao cultivo de peixes em cativeiro, o recolhimento substitutivo sobre a receita bruta da comercialização da produção poderia ser prejudicial, uma vez que, de forma geral, a atividade é pouco intensiva em mão de obra. “Daí, o entendimento de que o melhor seria permitir que cada uma opte sobre qual a melhor forma de tributação”, explicou. Ele lembrou ainda que a agroindústria da pesca se diferencia da de piscicultura por ser baseada na captura dos peixes.

O projeto tramita em caráter conclusivo e segue para análise da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

Relatório de Sóstenes Cavalcante que aprimora PEC da Bengala é aprovado



Deputado Sóstenes Cavalcante (RJ)


O relatório do deputado **Sóstenes Cavalcante (RJ)** ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 124/15, oriundo do Senado, foi aprovado pelo Plenário, nessa quarta-feira

(23). Segundo o parlamentar, a proposta aprimora a Emenda Constitucional 88/15, conhecida como PEC da Bengala, aplicando a aposentadoria compulsória aos 75 anos para servidores públicos da União, Distrito Federal, estados e municípios. Atualmente, essa medida só é permitida para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal de Contas da União (TCU) e dos tribunais superiores.

“Estendemos esse benefício para servidores do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, ministros de tribunais e conselhos de contas, nas três esferas. A medida atende uma lacuna que a PEC da Bengala não preencheu e vai

contribuir de forma significativa para desafogarmos o peso sobre a Previdência Social”, afirmou.

Sóstenes acatou duas emendas que incluíram no texto os servidores do corpo diplomático e de policiais, independente do cargo exercido. “Esses trabalhadores servem ao país ao longo de suas vidas, então essa decisão também representa um ganho importante. A proposta volta ao Senado e acreditamos que em breve vamos ver os servidores públicos de todo o país sendo atendidos.”

De acordo com o texto, os servidores que se aposentarem compulsoriamente aos 75 anos, receberão seus proventos proporcionais ao tempo de serviço prestado. 

Prêmio Brasil mais Inclusão reforça políticas públicas para pessoas com deficiência

A Câmara dos Deputados lançou, ontem (23), o *Prêmio Brasil mais Inclusão*, com o objetivo de homenagear instituições e personalidades que promovam ações voltadas à inclusão da pessoa com deficiência. O prêmio foi criado por iniciativa do Segundo-Secretário da Casa, deputado **Felipe Bornier (RJ)** e da Terceira-Secretária, deputada Mara Gabrielli (PSDB/SP).

A premiação, segundo Bornier, reafirma a prioridade na elaboração de políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência na Câmara. “Já tivemos grande avanço, nesta legislatura, com a instalação da 23ª comissão permanente ampliando debates sobre o tema. Esse prêmio, além de homenagear, também abre novo canal de diálogo com a sociedade que poderá participar da




Deputado Felipe Bornier (RJ)

indicação dos agraciados.”

Os premiados serão escolhidos por um conselho deliberativo, composto por membros da Mesa Diretora (segundo e terceiro secretários) e da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, além de um representante de cada par-

tido. Os critérios para indicação ao prêmio serão baseados em trabalhos voltados à promoção da igualdade de tratamento e oportunidade, justiça social, entre outras ações, que preservam os direitos dessas pessoas em todo o país.

Serão entregues dez prêmios por ano, sendo cinco para categoria “empresas públicas ou privadas” e o restante para “personalidades ou entes federados”. As indicações serão feitas inicialmente por deputados, senadores ou diretamente pelas empresas. A população poderá indicar representantes para os concorrentes da primeira categoria.

As inscrições estão abertas e podem ser feitas até 23 de outubro na página do prêmio no site da Câmara dos Deputados: www.camara.leg.br/brasilmaisinclusao.* 

EXPEDIENTE

PSD - Partido Social Democrático

Líder do PSD: Rogério Rosso (DF)

Chefe de Gabinete: Fábio Almeida

Editora-Chefe: Danielle Arouche

Redatora: Raquel Sacheto


Diagramação: Jorge Ribeiro

Revisão: Rogério Oliveira

Fotografia: Heleno Rezende e Cláudio Araújo

Reportagens: Bruna Marques, Carola Ribeiro, Demétrius Crispim, Diane Lourenço e Renan Bortoletto
Liderança do PSD na Câmara dos Deputados - Anexo II
Assessoria de Imprensa - Sala 150B - Fone: 3215-9073

 @psdcamara

 PSD Câmara



Acompanhe as matérias de áudio e vídeo no nosso site:
www.psdcamara.org.br

* Com informações da Assessoria de Imprensa